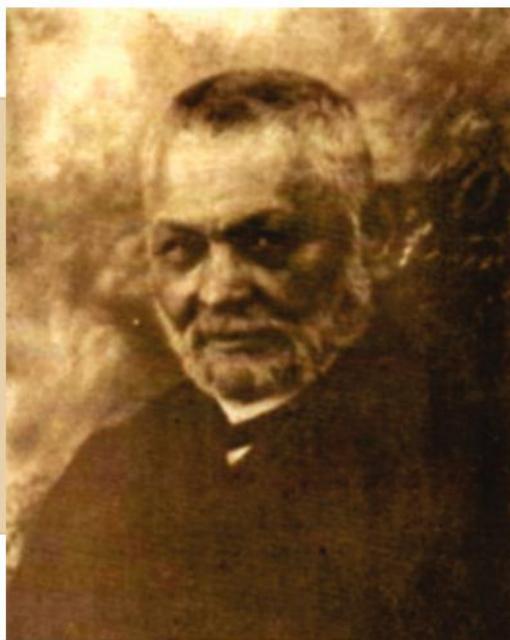


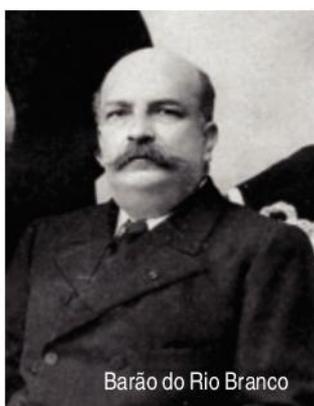
# CAPISTRANO DE ABREU E A HISTÓRIA MILITAR

Arno Wehling



A história militar do Brasil foi território quase exclusivo de militares profissionais que, em determinado momento de sua carreira, decidiram de motu próprio ou por motivos externos dedicar-se ao tema, desde a *História Militar do Brasil*, de José de Miralles, no século XVIII. Entretanto, outros autores, historiadores “gerais” do Brasil, pela qualidade de suas pesquisas, foram também utilizados como referências importantes para a compreensão do fenômeno militar no país.

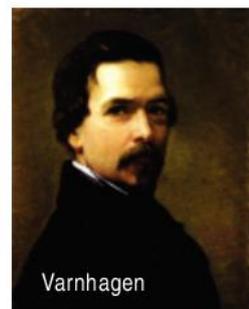
Dois deles soblevam a todos, Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro e José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco. Do primeiro, a *História geral do Brasil*, a *História das lutas com os holandeses* e a *História da Independência do Brasil*. Do segundo, o *Esboço de História do Brasil* e as *Efemérides Brasileiras*. Rápida



Barão do Rio Branco

consulta a uma das histórias militares tradicionais do país, a *Evolução militar do Brasil*, de João Batista de Magalhães, mostrará a frequência com que o autor se arrima nas informações e nas conclusões de Varnhagen. No mesmo sentido, na obra de história da historiografia militar de Francisco de Paula Cidade, o autor lamenta que Varnhagen tenha deixado “mais ou menos de lado os aspectos não militares” da guerra holandesa, como os econômicos.<sup>1</sup>

O motivo dessa predileção de dois historiadores tão significativos pela história militar está na própria concepção de história que tinham. Uma história centrada no Estado como a grande realização civilizatória – e não se precisava ser hegeliano no século XIX para pensar assim – colocava o cerne da explicação no processo de sua formação, consolidação e estrutura institucional.<sup>2</sup> O Estado assim concebido



Varnhagen

era resultado de relações políticas e de lideranças fortes, aos quais se submetiam todas as outras variáveis da vida social e que frequentemente se afirmava pela guerra, aquela “continuação da política por outros meios”.

Ranke, no plano geral da concepção histórica, e Clausewitz, na relação entre política e guerra, davam as coordenadas de explicação do passado e do presente.

Verifica-se ser perfeitamente razoável considerar Varnhagen e Rio Branco como historiadores “gerais” que também foram historiadores militares, na medida que sua preocupação central era o Estado e suas relações políticas, inclusive – e eventualmente sobretudo – a guerra.

Capistrano de Abreu, em relação a Varnhagen, representa a geração seguinte, já influenciada pela emergência das ciências sociais – sociologia, etnografia, antropologia. E pelo pensamento evolucionista de Spencer, Darwin e Haeckel, além do positivismo de Comte e Littré. A essa geração, mais que o Estado, preocupava a Sociedade. Em consequência, as relações políticas eram em princípio secundárias face às sociais, econômicas e à cultura.

Poder-se-ia esperar, dessa forma, que se as relações políticas eram percebidas como adjacentes às demais, os temas militares perderiam ainda mais sua significação – algo como epifenômenos de epifenômenos.

A favor dessa hipótese há a filosofia positivista e evolucionista da história, que considerava as atividades bélicas próprias a um estágio anterior das sociedades, militar e agressivo, enquanto o progresso civilizatório as encaminhava agora decididamente para um estágio industrial e pacífico.

A obra de Capistrano de Abreu é assim percebida, geralmente, como preocupada pela formação social do país, en-

quanto a de Varnhagen (como a de Rio Branco), com a formação do Estado e seus problemas: unidade territorial, organização política, fronteiras. À guerra sobraria assim pouco ou nenhum espaço na abordagem da nova geração, aspecto reforçado por uma frase de Capistrano, pinçada da correspondência, na qual diz preferir às lutas externas a história dos sertões.

Como desenho geral, nada há a opor à premissa maior do modelo, o interesse pela sociedade superior ao interesse pelo Estado – até porque os problemas deste, para a geração de Capistrano, já estavam resolvidos, à exceção da questão mais superficial da forma de governo.

Talvez por isso o tema da guerra em Capistrano de Abreu não tenha despertado a atenção dos pesquisadores. No entanto, essa desatenção se choca com a evidência: é extensa a presença de acontecimentos e temas militares na sua obra.

Neste trabalho, o objetivo será demonstrá-lo e esboçar uma explicação.

### **Uma questão preliminar: dois momentos na abordagem teórica de Capistrano de Abreu**

Há algum tempo, examinando a obra de Capistrano de Abreu a partir da perspectiva da história da historiografia, formei a convicção de que há claramente dois Capistranos, ou dois momentos claramente distintos na sua formação intelectual. No primeiro, a “fase cientificista”, na qual predominou a influência das doutrinas filosófico-sociais de caráter determinista, sobretudo o positivismo e o evolucionismo spenceriano. No segundo, a fase “historista” ou simplesmente “científica”.<sup>3</sup>

A distingui-las, a presença, no primeiro caso e a ausência, no segundo, do mecanicismo e do determinismo.

A denominação “cientificismo”, por sua vez, foi a opção porque o autor, embora adotando todas as premissas fundamentais das ideias em voga sobre a ciência, não escolheu uma delas como sua doutrina preferida: não foi positivista, evolucionista ou haeckeliano stricto sensu, mas transversalmente adotou-as nos pontos em que uma lhe pareceu superior às outras – ecletismo aliás bem capistraneano e que lhe valeu a crítica de Valentim Magalhães, segundo a qual praticava “a poligamia ou poliandria das ideias”.

Encontramos nas referências de Capistrano de Abreu as questões militares algo que possa evidenciar esses dois momentos?



Penso que sim. Num artigo de 1881 publicado na *Gazeta de Notícias*, jornal em que colaborava regularmente, o autor comentava a evolução histórica do casamento no Brasil. Para ele no Brasil profundo, dos sertões, havia uma existência *militar*, a partir dos “mandões e potentados”, enquanto no litoral, mercantil e incipientemente manufatureiro, predominava um modelo *industrial* de vida social. Explicava o uso dos conceitos: “tomo as palavras militar e industrial no sentido em que Spencer as emprega na sociologia”<sup>4</sup>. E, podemos acrescentar, também os positivistas, pois Comte no *Curso de Política Positiva* fazia corresponder a etapa “militar” das sociedades aos estágios teológico e metafísico da humanidade, sucedida pela “industrial”, por sua vez decorrência do estágio “científico”.

Para entender a lógica dessa aplicação à situação brasileira, é preciso lembrar

que Capistrano, como outros autores e diversos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil, a partir de 1808, viam a organização da defesa portuguesa – tropa profissional de primeira linha, milícias (civis) de segunda linha e ordenanças (civis) de terceira – como uma forma de militarização da sociedade, pela qual eram convocáveis todos os súditos reais entre 18 e 60 anos. Essa perspectiva fundamentava-se concretamente na impopularidade dos recrutamentos levados a efeito pelos vice-reis e governadores no século XVIII sobretudo para as guerras do sul. Além disso tinha respaldo ideológico na crítica liberal, que os condenava como mais um exemplo do despotismo absolutista.

A concepção de que a vida social colonial foi em grande parte uma experiência militar acompanhou sempre Capistrano de Abreu, como a outros historiadores, à luz de evidências como as ações das bandeiras, os conflitos com os indígenas e estrangeiros, a própria insegurança das cidades, vilas e sertões, todos temas recorrentes na documentação do período.

Essa percepção, centrada no que ocorreu no Antigo Regime, nada tinha a ver com a ideia de corpos militares profissionais atuando politicamente na sociedade: ao contrário, o modelo das repúblicas ibero-americanas parecia-lhes em geral condenável, contrastando com o “civilismo” do Império.

A ótica cientificista coadunava-se bem, dessa forma, na visão de Capistrano, ao que ocorrera no Brasil colonial.

Já na sua fase de maturidade intelectual, não há mais a preocupação em respaldar-se nos autores cientificistas: basta-lhe a evidência documental e a argumentação lógica para embasar a interpretação. Nos *Capítulos de História Colonial*, de dez capítulos e uma conclusão, três são

dominados pela temática militar (primeiros conflitos, franceses e espanhóis, guerras flamengas) enquanto nos demais, se ela não é dominante, está sempre presente.

Militares, ou civis militarizados, como bandeirantes e sertanistas, só perdem em frequência no palco colonial, segundo Capistrano, para os frades e demais religiosos, ambos afinal (à exceção da tropa paga vinda de Portugal no século XVIII) braços do mesmo organismo social.

### **Guerra indígena e com os indígenas e europeus**

A frequência da guerra entre os diferentes povos indígenas foi assinalada na obra de Capistrano, muitas vezes causada pelos deslocamentos territoriais, como os que referiu a propósito de “três migrações diversas”, dos carijós (guaranis), de Cananéia para o sul e oeste, dos tupiniquins, no Tietê, Jequitinhonha e litoral e sertão da Bahia e dos tupinambás no Rio de Janeiro, baixo São Francisco até o Rio Grande do Norte e do Maranhão ao Pará.<sup>5</sup>

A sensibilidade do autor para a temática etnográfica e antropológica fez com que percebesse a relevância das frentes indígenas e dos conflitos que precederam a chegada dos europeus. Ainda hoje permanece de pé sua interpretação da geopolítica tupi:

“Desde a Paraíba ao Norte até São Vicente ao sul, o litoral estava ocupado por povos falando a mesma língua, procedentes da mesma origem, tendo os mesmos costumes, porém profundamente divididos por ódios inconciliáveis em dois grupos; a si próprio um chamava Tupiniquim e outro Tupinambá. A migração dos tupiniquins fora mais antiga; em diversos pontos os tupinambás já os haviam repellido para o sertão, como no Rio de Janeiro,

na baía de Todos os Santos, ao norte de Pernambuco; em parte de São Paulo, em Porto Seguro e Ilhéus, nas proximidades de Olinda; na serra de Ibiapaba havia, entretanto, tupiniquins habitadores do litoral.”<sup>6</sup>

O fato de tupiniquins se aliarem aos portugueses e tupinambás aos franceses constituiu outro fator a dificultar a colonização para os portugueses, devidamente sublinhada pelo autor, sem que se considerasse em condições de explicar as razões para as respectivas alianças.

A incorporação de Sergipe e da Paraíba constituíram episódios de uma guerra de conquista analisada em Capistrano como exemplos de conflito, no primeiro caso, entre portugueses e tupinambás, iniciado na Bahia com o governador geral Luís de Brito “fazendo guerra implacável aos índios”<sup>7</sup>, e no segundo caso numa escala maior, envolvendo portugueses, espanhóis, franceses, tabajaras (tupiniquins) e potiguaras (tupinambás). O autor, com a finura intelectual de sempre, não deixou de destacar as nuances do embate: portugueses e espanhóis, aliados pela vinculação ao rei comum, Felipe II, viviam em discórdia, franceses instigavam os potiguaras contra ambos, portugueses tentavam recompor alianças rasgadas com tabajaras, mas fracassaram e não conseguiram impedir que estes circunstancialmente se aliassem a seus inimigos pré-coloniais, os potiguaras.<sup>8</sup>

A mesma análise atenta às nuances da guerra assimétrica entre europeus e seus respectivos aliados indígenas ocorre nas descrições e análises que Capistrano faz da conquista do Maranhão (em particular da batalha de Guaxenduba)<sup>9</sup>, do Pará, da região de Vitória da Conquista, na Bahia<sup>10</sup> e do cerco que o governador do Rio de Janeiro, Antônio Salema, impôs aos tamoios de Cabo Frio.<sup>11</sup>

A própria simbologia da bandeira, embora fizesse parte da tradição militar portuguesa e constasse do regimento das Ordenanças, para Capistrano pode ter tido origem no hábito tupiniquim de erguer um estandarte como sinal de guerra, conforme registrado por Anchieta.<sup>12</sup>

No caso da presença francesa no Rio de Janeiro com Villegaignon, o autor destaca tratar-se da opção restante na costa leste, considerada a consolidação dos portugueses em Pernambuco e na Bahia e examina o conflito no contexto da ocupação indígena da Guanabara e de seu entorno.<sup>13</sup>

O capítulo dedicado à ocupação holandesa no Nordeste tem o título, adequado pelo enfoque dado, de “guerras flamengas”, considerando-as uma extensão da guerra de independência dos Países Baixos e dos conflitos pelas rotas comerciais no Atlântico, Índico e Pacífico. Exceto pelo final do capítulo, no qual conclui pela irreduzível hostilidade entre pernambucanos (“vencedores dos flamengos, que tinham vencido os espanhóis”) e portugueses (“quiseram reasumir sua atitude de superioridade e proteção”),<sup>14</sup> todo o texto é a narrativa militar do conflito, ficando em segundo plano os aspectos políticos, diplomáticos e econômicos.

### **Tipos de conflitos e valorização dos aspectos militares**

Em outro texto de 1881 no qual comentava o significado histórico do 7 de Setembro, Capistrano de Abreu elaborou uma periodização da história colonial com base nos conflitos vividos pelos colonos, identificando três momentos. O primeiro, do início do século XVI a meados do XVII, seria o das “lutas pela posse do território”:

“luta contra os franceses, do Maranhão ao Rio de Janeiro; luta contra os ingleses no Amazonas; luta contra os holandeses da Bahia ao Maranhão; luta contra os aventureiros, sem pátria e indignos de pátria; luta contra os brasis que tão renhidamente porfiaram a defender o território...”<sup>15</sup>

Ao segundo denominou de “lutas municipais”, estendendo-se de meados do século XVII ao início do seguinte, aí incluindo a revolta de Beckmann e a guerra dos Mascates.

Ao terceiro, correspondendo à época da mineração, corresponderia o despertar da consciência nacional, sendo a conjuração mineira “um sintoma do caminho em que ia entrar o Brasil, e das revoltas que deveriam ensanguentá-lo”.<sup>16</sup>

Não era propriamente a batalha que o interessava, embora dela não se esquivasse, mas nitidamente preferia as considerações de natureza geopolítica, estratégica e logística, às de natureza tática e operacional, dominantes em Varnhagen e Rio Branco.

Na conquista da Paraíba identificou o movimento de pinça encetado pela expedição marítima espanhola de Flores de Valdez e pela terrestre de Frutuoso Barbosa, que redundou na fundação da terceira cidade do Brasil, Felipéia.<sup>17</sup> Na invasão da Bahia, em 1624, destacou o cerco da cidade pelos resistentes (“uma só coisa a fazer com os recursos da terra”) e a guerra de guerrilha movida pelas companhias de emboscadas. No início da insurreição pernambucana identificou a importância estratégica do forte do Pontal, conquistado por Martim Soares Moreno e André Vidal de Negreiros em setembro de 1645:

“Para se ajuizar da importância deste ponto basta lembrar que Matias de Al-



buquerque nunca mais assistiu no arraial de Bom Jesus depois de tomado o Pontal [pelos holandeses]. Assim, a restauração começava por onde findara a conquista.”<sup>18</sup>

Em relação a outra frente colonizadora que também foi permanentemente militar, a bandeirante, Capistrano definiu sua logística, sempre com fundamento rigoroso nas fontes:

“Saíam os bandeirantes levando muito pouca bagagem; armas de fogo e munições, machados e outros utensílios agrícolas para fazer roças nos lugares que lhes pareciam mais apropriados, cereais, antes para plantar do que para alimentá-los desde o começo da viagem, sal. Os gêneros eram geralmente transportados nas cabeças dos índios; só mais tarde foram aproveitados cavalos.”<sup>19</sup>

E o estudo prossegue com a citação de fonte do final do século XVII que descreve a alimentação do bandeirante à base de raízes e animais silvestres, inteiramente exótica para os padrões europeus da testemunha.<sup>20</sup>

Poucas são as referências de Capistrano a aspectos militares fora do período colonial. Numa delas, fez a resenha do livro de Taunay sobre a retirada da Laguna, destacando-lhe os aspectos estratégicos, observando que “o futuro há de tomá-lo em consideração quando discutir o melhor meio

de dirigir uma campanha que durou mais de cinco anos, podendo durar muito menos, segundo opiniões autorizadas.”<sup>21</sup>

Valoriza também os aspectos psicológicos da ação, com “o espanejo das esperanças, as infiltrações do desânimo”<sup>22</sup>, a liderança de Camisão e a habilidade maitreira do guia Lopes.

Outra referência encontramos em artigo de 1895 sobre a Revolta da Armada, raro comentário a respeito do presente. Desta vez, sobre aspecto pontual: o impacto tecnológico do uso dos torpedos (“ou estamos supinamente enganados, ou a estrondosa descoberta será verdadeira revolução na arte da guerra”).<sup>23</sup>

Outra exceção, por ocasião do centenário de nascimento de Caxias, em 1903. Embora seja texto de natureza biográfica e de análise predominantemente política, há nele observações interessantes às qualidades militares de Caxias. Na Balaia-da, “graças à mobilidade das forças avulsas, à habilidade com que harmonizou seus movimentos, à providência com que impediu a passagem dos balaios para o Pará e Goiás, foi por toda parte vitorioso e em pouco tempo foram aparecendo os lineamentos da nova ordem.”<sup>24</sup>

Na Farroupilha, destacou a interação entre ação política e militar, ao chamar a atenção para a preocupação de Caxias, já

história do Brasil girando em torno ao Estado e este se expressando pela política e pela atuação militar. Capistrano de Abreu tinha outra ordem de preocupações: a formação da sociedade brasileira, com suas relações sociais e econômicas, seus quadros mentais e suas atividades culturais, na qual o Estado, português primeiro, nacional em seguida, era um ente relativamente secundário.

Antes de ser um preconceito doutrinário, era uma necessidade concreta: a sociedade se transformava rapidamente ante seus olhos, com o fim da escravidão, a imigração, as transformações econômicas e tecnológicas. Era razoável tentar explicar

como fora a vida social para compreender como se tornava agora. Ademais, entender a formação do Estado nacional já tinha sido tarefa cumprida pela geração anterior.

Mas o fenômeno da guerra, este permaneceu como uma evidência fática: o que Capistrano de Abreu fez não foi ignorá-lo, mas compreendê-lo em outra chave interpretativa, a dos conflitos gerados pelo choque das ondulações sociais. Em vez da guerra como a política por outros meios, a guerra como conflito intracultural (portugueses contra franceses, espanhóis ou ingleses, tupiniquins contra tupinambás) ou como conflito intercultural (portugueses contra indígenas).

## Currículo



### Arno Wehling

Graduado em História e em Direito, é Doutor em História e Livre Docente de História Ibérica (ambos pela USP), com Pós-Doutorado na Universidade Portucalense.

Professor Titular de Teoria e Metodologia da História (UFRJ), Professor Emérito de História do Direito e das Instituições (UNIRIO) e Professor Visitante nas Universidades de Lisboa e Portucalense.

Na gestão universitária foi Chefe de Departamento e Decano de Centro na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e na Universidade Gama Filho, onde também foi Reitor.

Ocupa a cadeira nº 37 da Academia Brasileira de Letras e foi Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sendo atualmente seu Presidente de Honra.

## Notas de rodapé

<sup>1</sup> – Francisco de Paula Cidade, *Síntese de três séculos de literatura militar brasileira*, Rio de Janeiro, Bibliex, 1998, p. 315.

<sup>2</sup> Arno Wehling, *História, Estado, Memória. Varnhagen e a construção da identidade nacional*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p. 83; Arno Wehling, *História e Estado em Rio Branco*, in Manoel Gomes Pereira (org.), *O Barão do Rio Branco. 100 anos de memória*, Brasília, Funag, 2012, p. 323.

<sup>3</sup> Arno Wehling, Capistrano de Abreu, a fase científica, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 316, 1976, p. 177; revisto e republicado em *A invenção da história – estudos sobre o historicismo*, Rio de Janeiro-Niterói, UGF-UFF, 2001, p. 140.

<sup>4</sup> J. Capistrano de Abreu, *Ensaio e Estudos*, 4ª. série, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 301.

<sup>5</sup> Idem, *Capítulos de História Colonial*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1954, p. 55.

<sup>6</sup> Idem, p. 84.

<sup>7</sup> Idem, p. 118.

<sup>8</sup> Idem, p. 122.

<sup>9</sup> Idem, p. 130-131.

<sup>10</sup> Idem, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1960, p. 108-109.

<sup>11</sup> Idem, *Capítulos...*, p. 305.

<sup>12</sup> Idem, p. 178.

<sup>13</sup> Idem, p. 110.

<sup>14</sup> Idem, p. 175.

<sup>15</sup> Idem, *Ensaio e Estudos* 4ª. série, p. 285.

<sup>16</sup> Idem, p. 286.

<sup>17</sup> Idem, *Capítulos...*, p. 120.

<sup>18</sup> Idem, p. 171.

<sup>19</sup> Idem, *Ensaio e Estudos*, 4ª. série, p. 190.

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> Idem, p. 100.

<sup>22</sup> Idem, p. 101.

<sup>23</sup> Idem, *Ensaio e Estudos*, 3ª. série, Rio de Janeiro, Briguiet, 1938, p. 205.

<sup>24</sup> Idem, *Ensaio e Estudos*, 2ª. série, Rio de Janeiro, Briguiet, 1932, p. 20.

<sup>25</sup> Idem, p. 101.

<sup>26</sup> Idem, *Ensaio e Estudos*, 2ª. série, p. 22.

<sup>27</sup> Idem, p. 30.

<sup>28</sup> Idem, *Capítulos...*, p. 323.